

“Mismatch” espacial? Uma análise da população em situação de rua e de seus centros de acolhida na cidade de São Paulo

*Vinicius Goes Nogueira de Sá*¹, *Eduardo Amaral Haddad*²

Resumo

A pesquisa utiliza técnicas de análise exploratória de dados espaciais para estudar a população em situação de rua e os centros de acolhida da cidade de São Paulo. Identificou-se que tal população se concentra nos distritos centrais da cidade. Já a rede assistencial, embora também mais presente nos distritos centrais, apresenta vagas de acolhimento não preenchidas na periferia na cidade, onde não há população significativa instalada na rua, o que indica que poderiam ser melhor utilizadas se realocadas para a região central. Contudo, mesmo as vagas dessa região não são plenamente utilizadas pela população local em situação de rua. Isso indica que, mesmo que oferecido em locais próximos à população-alvo, esta nem sempre procura pelo serviço de acolhimento. Nesse sentido, parece ser importante estudar maneiras de tornar os centros de acolhida mais atrativos à população em situação de rua.

Palavras-chave: análise espacial; população em situação de rua; centros de acolhida.

Abstract

This research uses exploratory spatial data analysis techniques to study the homeless population and its public shelters in the city of São Paulo. It was noted that this population concentrates in the central districts of the city. The shelter network, on the other hand, although also more available in central districts, has some shelter vacancies in the outskirts of the city, where there is no significant homeless population outside shelters, which indicates that these vacancies could be better used if relocated to the central region. Not even the shelters in that region are, however, occupied to its full capacity by the local homeless population. This indicates that the target population does not always reach to this service even when it is available nearby. Therefore, it seems important to study means to make shelter centers more attractive to the homeless population.

Keywords: spatial analysis; homeless population; shelter centers.

Classificação JEL: R10; I32; J15.

Área de submissão: 8 – Questões urbanas e metrópoles.

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

² Professor Titular da FEA-USP. Pesquisador do Núcleo de Economia Regional e Urbana da USP (NEREUS).

1. Introdução

“População em situação de rua” é a expressão utilizada para se referir à parcela da população que tem como características comuns a extrema pobreza, a fragilidade ou interrupção dos vínculos familiares e a ausência de posse de moradia regular. Tal irregularidade de residência pode ocorrer tanto na forma do uso de espaços públicos para pernoite, como ruas e praças, quanto na utilização de centros de acolhimento.³

Esse grupo populacional cresceu de maneira exponencial na última década na cidade de São Paulo. De acordo com dados do Censo da População em Situação de Rua de 2021, realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social da Prefeitura de São Paulo (SMADS), a quantidade de pessoas nessa condição em 2021 é mais de três vezes superior à de 2000, tendo passado de 8,7 mil para 31,8 mil. Esse número é mais elevado do que a quantidade de habitantes de 69,6% dos municípios do estado de São Paulo (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2021). Esse aumento é muito mais elevado do que o do número de habitantes da cidade, que atingiu apenas 18,2% nesse período de 21 anos. Assim, a quantidade de pessoas em situação de rua a cada 100 mil residentes do município passou de 83 para 257.

Esse crescimento é particularmente preocupante haja vista as grandes vulnerabilidades a que esse grupo está sujeito. O relatório da Prefeitura (2022) que compila a pesquisa amostral da SMADS de 2021, que procura auferir o perfil socioeconômico desse segmento, revela muito sobre tais vulnerabilidades.

Diversos fatores de vulnerabilidade são sobrerrepresentados nesta população; 70,8% são negros (pretos ou pardos), enquanto esse percentual chega a apenas 37% do total de habitantes da cidade de São Paulo⁴, e 71,4% não convivem com nenhum familiar. A quebra de vínculos familiares é inclusive a principal razão para que uma pessoa esteja em situação de rua, chegando a ser responsável pela condição de 34,7% dessa população. Outras razões relevantes são a dependência de álcool e de outras drogas e a perda de trabalho, responsáveis, respectivamente, por 29,5% e 28,5% das pessoas nessa situação.

79,4% dessa população recebe renda menor do que um salário-mínimo, seja advinda de trabalho, de mendicância ou de auxílio do governo. A principal ocupação exercida é a coleta de materiais recicláveis, que chega a ser praticada por 27% das pessoas em situação de rua da cidade.

No que se refere às condições de saúde, 47,5% relataram apresentar alguma complicação, destacando-se a hipertensão, doenças respiratórias e dor crônica. 19% afirmaram sofrer de alguma deficiência, sendo deste grupo a maioria acometida de deficiências físicas motoras. O uso de drogas também é intenso entre essa população: 42,3% utilizam diariamente drogas lícitas, tendo o álcool e o cigarro proporções de uso similares. Já 48,3% utilizam diariamente drogas ilícitas, dentre as quais se destacam a maconha e, em menor grau, a cocaína e o craque.

³ Definição de “população em situação de rua” proposta pelo Decreto nº 7053 de 2009 da Presidência da República.

⁴ Informação retirada do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

As dificuldades sofridas por essa população incluem ainda a discriminação e a violência; 27,3% afirmaram já terem sido impedidos de adentrar estabelecimentos de comércio ou de serviço, sendo a maior parte destes bares e lanchonetes. Quanto à violência física, 22,7% revelaram terem sido vítimas de casos graves, como espancamentos. Dentre esses ataques, 32,2% foram cometidos por pedestres que passavam pelo local de repouso da pessoa em situação de rua agredida.

Percebe-se que, seja nas dimensões de raça, contato com familiares, renda, saúde, discriminação social ou violência, a crescente população em situação de rua da cidade de São Paulo acumula diversas vulnerabilidades. Mostra-se urgente, portanto, aprimorar as políticas públicas direcionadas a tal população, o que demanda um maior entendimento de seu comportamento.

Uma abordagem para entender as necessidades da população em situação de rua ainda pouca tratada pela literatura, mas cujos resultados têm se mostrado frutíferos, é a análise de sua distribuição espacial intramunicipal. Schor *et al.* (2003) utilizam dados do primeiro Censo da População em Situação de Rua do município de São Paulo, realizado em 2000, para estudar a relação entre sua distribuição espacial – observada no nível de distritos municipais – e diversas variáveis socioeconômicas. Foi verificado que a presença desse grupo está positivamente correlacionada a índices de verticalização e à renda *per capita* e negativamente correlacionada ao número de residentes no distrito.

Tais resultados foram interpretados como condizentes com certas teorias de comportamento da população em situação de rua. A intensa verticalização e renda *per capita* elevada indicariam que locais com muitos bares, restaurantes e lojas são mais procurados por esse grupo de pessoas. Tal procura se explicaria, segundo o artigo, pela tentativa de consumir alimentos e sobras alimentares desses estabelecimentos. Já o menor número de residentes estaria relacionado à baixa circulação de pessoas durante a noite, elemento associado a condições menos precárias de repouso.

No que se refere a outros países, a cidade de Osaka, terceiro município mais populoso do Japão, foi objeto de diversas pesquisas espaciais sobre a população em situação de rua. Dentre elas, destaca-se Iwata e Karato (2011), que se propõe a avaliar a existência de “redes da população em situação de rua”, termo criado pelos autores para se referir à formação de grupos de pessoas nessa situação que interagem entre si. A formação de tais grupos seria resultante do relativo conforto advindo do convívio com outros indivíduos que se encontram na mesma condição. Parte desse benefício é explicado pela troca de informações referentes ao acesso a trabalho e alimento, além da proteção contra pedestres que poderiam violentar essa população. Ainda, locais com alta concentração de pessoas em situação de rua teriam ainda maior chance de serem contemplados por campanhas de distribuição de alimento realizadas por Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Assim, há incentivos para que pessoas em situação de rua se acomodem em locais próximos às concentrações já existentes.

Utilizando uma abordagem econométrica para verificar a existência de tal fenômeno, os autores concluíram que ele de fato está presente em Osaka. O artigo interpreta esse resultado como contrário às políticas policiais de dispersão dessa população, na medida em que elas a impedem de usufruir do bem-estar advindo da convivência com outras pessoas na mesma situação.

Percebe-se que a análise espacial da população em situação de rua de fato evidencia certos aspectos de seu comportamento e algumas de suas necessidades. Apesar da enorme relevância do problema e dos exitosos resultados obtidos nas poucas pesquisas desse gênero, é escassa a literatura que implementa essa abordagem, tanto no Brasil quanto em outros países.

Nesse contexto, a presente pesquisa explora essa lacuna ao realizar uma análise espacial da população em situação de rua na cidade de São Paulo. O trabalho não só caracteriza sua distribuição ao longo do espaço municipal, como também se debruça sobre a localização dos centros de acolhida destinados a essa população, elemento ainda não explorado pela literatura.

De acordo com a prefeitura, centros de acolhida oferecem camas, cobertores, travesseiros, banho, três refeições ao dia e serviços direcionados de acordo com a necessidade de cada indivíduo, como conferência de documentos pessoais, orientação em problemas judiciais, capacitação profissional, rede de estímulo à geração de renda e atividades de lazer e cultura. Os centros não são administrados diretamente pela prefeitura, mas por OSCs contratadas por ela. Já o imóvel pode pertencer à prefeitura, à OSC ou ser alugado, sendo comum a locação de hotéis.

Haja vista a relevância dessa política pública, este trabalho se volta à relação entre a localização das vagas de acolhimento e a da população em situação de rua. Assim, verifica-se como a oferta e a demanda por esse serviço público se confrontam no espaço. Em particular, estuda-se em que medida as vagas de acolhimento estão localizadas próximas dessa população; e qual a receptividade da população instalada na rua ao serviço de acolhimento de cada local.

O presente artigo está dividido em cinco seções. A esta introdução, segue-se a Seção 2, que apresenta a base de dados utilizada na pesquisa e a maneira com que tal base foi trabalhada. A Seção 3 descreve a metodologia de análise espacial utilizada, com foco no detalhamento da estatística *I de Moran* e do Índice de Acessibilidade. Em seguida, a Seção 4 expõe e discute os resultados de tal análise. Por fim, na Seção 5, são delineadas algumas conclusões e possíveis desdobramentos da pesquisa.

2. Base de dados

A principal base de dados utilizada foi a do Censo da População em Situação de Rua de 2021 da cidade de São Paulo. O seu levantamento é feito pela SMADS, havendo também, nas edições mais recentes, uma parceria com a empresa Qualitest Inteligência em Pesquisa.

Haja vista que a população em situação de rua não possui residência fixa e que não é possível que os recenseadores percorram toda a cidade em um único dia, o desenho da coleta desses dados conta com o desafio adicional de evitar erros de contagem. Assim, diversos cuidados devem ser tomados. No caso do Censo de 2021, o município foi dividido em nove grandes regiões, sendo cada uma delas percorrida em apenas um dia. A primeira coleta foi realizada no dia 11 de outubro, e a última, no dia 13 de novembro. Cada uma das regiões foi desenhada de tal modo que o deslocamento de uma pessoa em situação de rua de uma zona para outra fosse pouco provável; para isto, escolheram-se fronteiras que dificultassem o

tráfego desse segmento populacional, tais como rodovias.

Ainda com o fim de evitar problemas de contagem, o Censo foi realizado após as 23 horas, pois a movimentação de pessoas em situação de rua é menor no período noturno. Essa escolha tem como consequência negativa, entretanto, o fato de que pode ser necessário despertar o indivíduo para realizar a pesquisa; embora a maioria responda à aproximação, por vezes há uma recusa à realização do questionário. Há ainda frequentemente pessoas acordadas, mas incapazes de responder, seja por embriaguez ou por outro motivo. Nesses casos de recusa ou de incapacidade, a pessoa é contabilizada mas não é feito o registro completo dos seus dados socioeconômicos.

Os dias de realização do Censo foram escolhidos de tal modo a evitar a coleta em sextas-feiras, finais de semana ou dias de chuva, uma vez que o comportamento e a localização dessa população tendem a se alterar nessas condições. Embora o raciocínio seja coerente, isso coloca uma importante ressalva quanto à validade externa dos resultados obtidos: eles se referem aos padrões de comportamento de pessoas em situação de rua apenas durante a noite em dias de semana sem chuva, sendo a inferência desses padrões em outros momentos mais limitada.

Dentre as variáveis coletadas, destaca-se a situação de pessoa enquanto residida em centro de acolhida ou na rua. Há ainda variáveis que indicam a localização da pessoa: subprefeitura, distrito, latitude e longitude. Essas duas últimas variáveis possuem precisão de sete casas decimais.

Com base nesses dados do Censo, foi utilizado o *software* QGIS para agregar espacialmente as informações das pessoas em situação de rua. Tal agregação foi feita no nível dos distritos, unidade territorial utilizada pela Prefeitura para organizar a prestação de serviços públicos dentro de cada subprefeitura.

Contudo, conforme será visto, a população em situação de rua da cidade está muito concentrada em poucos distritos, de modo que a sua análise nesse nível de granularidade não se mostrou suficiente. Por esse motivo, os dados foram agregados também a nível de setores censitários, unidade territorial utilizada no recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A título de comparação, a cidade de São Paulo possui 96 distritos para 27.411 setores censitários.

Além dos dados do Censo, foram utilizadas também informações referentes aos centros de acolhida da cidade. Foram obtidos junto à Prefeitura, por meio do Portal de Acesso à Informação, o endereço, a modalidade e a capacidade de atendimento de cada um desses centros. Pelo aplicativo *Google Maps*, foi possível obter as coordenadas de cada endereço, para assim geolocalizá-los na cidade. Quanto à modalidade, os centros se dividem em centros de acolhida para adultos, repúblicas e centros de acolhida especiais, este último tipo voltado a públicos específicos, como mulheres, imigrantes e transexuais.

No que se refere à capacidade de atendimento, foram obtidas as seguintes variáveis: vagas regulares; vagas acrescidas na Operação Baixas Temperaturas (OBT); vagas acrescidas na pandemia de Covid-19; total de vagas na situação de emergência, que corresponde à soma das três anteriores; vagas de dia; e vagas de noite. A OBT é uma política pública municipal iniciada durante o inverno de 2022, que, dentre outras ações, aumentou o número de vagas

disponíveis durante a noite nos centros de acolhida.

Perceberam-se algumas inconsistências nos dados da prefeitura, como o fato de que diversos centros apresentam valor nulo nas variáveis “vagas de dia” e “vagas de noite”, mas valor positivo na variável “total de vagas na situação de emergência”. Em outros casos, esta última variável corresponde à soma das duas anteriores.

Foi realizado então o contato com a SMADS para esclarecer essas inconsistências. O órgão municipal explicou que os centros de acolhida especiais e as repúblicas possuem apenas vagas integrais, indicadas na variável “total de vagas na situação de emergência”, enquanto os centros de acolhida para adultos possuem, em geral, mais vagas para a noite do que para o dia. Assim, nestes casos, foi feita a desagregação do total de vagas entre as vagas de cada período. Além disso, nessa ocasião o órgão detectou e corrigiu alguns erros dos dados enviados, acrescentando que, como seu preenchimento é manual, pode eventualmente haver falhas.

Frente aos esclarecimentos, um conjunto de procedimentos foi aplicado aos dados de modo a se obter o número efetivo de vagas em cada centro de acolhida. Afinal, almejava-se saber o número de pessoas que a SMADS consegue atender em determinado intervalo de tempo, de modo que a disponibilidade para atender uma pessoa tanto durante o dia quanto durante a noite, por exemplo, deve ser contabilizada como uma vaga, e não duas. Além disso, foi necessário desconsiderar as vagas correspondentes à OBTE de tal modo que a base fosse compatível com o Censo realizado no último trimestre de 2021, visto que essa política pública ainda não existia à época.

Assim, o número efetivo de vagas de cada centro de acolhida foi obtido de maneira diferente para cada modalidade. No caso dos centros de acolhida para adultos, consideraram-se as “vagas de noite” – que, por serem em maior número que as diárias, correspondem na realidade a vagas integrais nesse caso – deduzidas das “vagas OBTE”, por razões já mencionadas. Já para os centros de acolhida especiais e repúblicas, em que as vagas contabilizadas são as integrais, consideraram-se as “vagas regulares” acrescidas das “vagas acrescidas na pandemia”, já que, conforme confirmado pela SMADS, elas estavam ativas no último trimestre de 2021.

Esse processo resultou em um número total de 14.492 vagas, correspondente ao total de pessoas que a SMADS tinha capacidade de atender simultaneamente no último trimestre de 2021. Ressalta-se que o uso da metodologia da SMADS, que consiste na simples subtração do “total de vagas na situação de emergência” pelas “vagas acrescidas na OBTE”, resultaria em 24.142 vagas. Percebe-se, portanto, a enorme relevância de realizar tal transformação nos dados. Uma reportagem de 2020 do site *Fiquem sabendo*, inclusive denuncia a maneira com que a prefeitura contabiliza as vagas, afirmando que ela “infla os números”.⁵ Embora a reportagem não detalhe o procedimento exato de transformação dos dados, seu relato é coerente com os resultados obtidos no presente trabalho: a Prefeitura contabilizava mais de 24 mil vagas, enquanto só seria possível de fato atender a 14 mil pessoas.

Uma vez realizado todo o procedimento de tratamento dos dados, o QGIS permite geolocalizar as vagas dos centros de acolhida e agregá-las a nível distrital. Todavia, o interesse

⁵ Disponível em: <https://fiquemsabendo.com.br/habitacao/gestao-covas-dados-inflados-de-vagas-em-albergues/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

do presente trabalho é estudar não somente a capacidade total de atendimento da Prefeitura, mas também sua capacidade ociosa. Isto é, objetiva-se localizar onde há vagas disponíveis que poderiam acolher mais pessoas. Para tanto, subtraiu-se o total de vagas de cada distrito, variável construída com base nas informações cedidas pela Prefeitura, pelo número de pessoas acolhidas, variável construída a partir do Censo da SMADS.

Esse procedimento apresenta algumas limitações. Em primeiro lugar, ressalta-se que, conforme mencionado, alguns centros de acolhida são voltados para públicos específicos, como mulheres, famílias e pessoas transsexuais. Uma disponibilidade de vagas totais maior do que a quantidade de pessoas acolhidas pode, portanto, não implicar que as vagas disponíveis sejam acessíveis a qualquer pessoa em situação de rua que procure acolhimento.

Em segundo lugar, 24 distritos possuem um número de pessoas acolhidas superior à sua quantidade total de vagas⁶, o que demonstra certa incongruência entre as bases de dados. Uma explicação para essa incongruência é a possível imprecisão dos dados fornecidos pela Prefeitura relativos aos centros de acolhida. Conforme relatado, a SMADS construiu os dados manualmente para atender à solicitação de informações, de modo que havia alguns erros na planilha enviada. É possível, portanto, que existam outros deles, não detectados pela SMADS na ocasião do contato. Outra possibilidade é que a retirada das vagas relativas à OBТ não tenha sido suficiente para corrigir a diferença temporal entre as duas bases de dados. Ou seja, é possível que no período entre o último trimestre de 2021 e o último trimestre de 2022 tenha havido outras mudanças na quantidade de vagas de acolhimento que não somente aquelas relativas à OBТ.

De todo modo, a diferença entre as variáveis foi superior a 100 em apenas cinco dos 24 distritos em que se detectou a incongruência, o que mostra que, com os devidos cuidados de interpretação dos resultados, ainda é possível construir a variável de vagas disponíveis da maneira como foi exposto. Para manipular tal variável, assumiu-se, nesses casos, que o número de vagas disponíveis é zero, isto é, que a capacidade de atendimento neles está esgotada.

Em resumo, as informações foram espacialmente agregadas de modo a construir as seguintes variáveis:

- *População em situação de rua*: quantidade de pessoas em situação de rua em cada distrito;
- *População instalada na rua*: quantidade de pessoas em situação de rua em cada distrito não abrigadas em centros de acolhida;
- *População acolhida*: quantidade de pessoas em situação de rua em cada distrito abrigadas em centros de acolhida;
- *Porcentagem de acolhidos*: razão entre a variável *População acolhida* e *População em situação de rua*;
- *Vagas totais*: número de vagas existentes nos centros de acolhida em cada distrito;
- *Vagas disponíveis*: variável *Vagas totais* deduzida da variável *População acolhida*.

⁶ São os distritos de: Água Rasa, Aricanduva, Butantã, Cidade Tiradentes, Campo Belo, Capão Redondo, Casa Verde, Ermelino Matarazzo, Grajaú, Itaim Paulista, Jaçanã, José Bonifácio, Liberdade, Mooca, Parelheiros, Penha, Pinheiros, São Mateus, São Miguel, Saúde, Tucuruvi, Vila Guilherme, Vila Jacuí e Vila Matilde.

3 Metodologia

Uma vez construída no QGIS a base de dados de distritos e setores censitários, sua análise foi realizada com o uso do *software* Geoda. Inicialmente, foi feita uma breve familiarização com os dados por meio da visualização espacial dos distritos e setores censitários classificados de acordo com a quantidade de pessoas em situação de rua contida em cada um deles. Em seguida, inicia-se a análise estatística dos dados espaciais, que, em última instância, pretende avaliar qual a relação entre a população em situação de rua, suas eventuais aglomerações e a oferta e a demanda de centros de acolhida. Para tanto, diversas etapas de transformação dos dados foram necessárias.

Primeiramente, foi construída uma matriz de pesos espaciais. Conforme explica Almeida (2012), as linhas e colunas desse tipo de matriz representam as unidades espaciais – no caso, os distritos – e seus elementos indicam o grau de conexão entre o local indicado pela linha e aquele indicado pela coluna. Nesta análise, optou-se por expressar o grau de conexão por meio da distância entre os centroides dos distritos, de maneira que distritos próximos possuem um grau de conexão elevado mesmo que não sejam contíguos. Foi estabelecida, contudo, a distância de 11,7 km como a máxima possível entre dois distritos conectados, valor escolhido por ser a menor distância entre dois distritos – no caso, Parelheiros e Marsilac. Ou seja, distritos com centroides a menos de 11,7 km são considerados conectados, e esse grau de conexão é ponderado pela distância.

Esse tipo de matriz é muito importante em análises espaciais. A partir de uma operação de pré-multiplicação, a matriz de pesos espaciais transforma uma variável de interesse em sua defasagem espacial, isto é, no valor apresentado por ela nas proximidades de cada unidade espacial. No caso deste estudo, tal operação permite obter a variável “população em situação de rua nos distritos próximos”.

A partir da defasagem espacial de uma variável, é possível estudar a correlação dessa defasagem com outras variáveis. A estatística *I de Moran* representa uma maneira de se medir tal correlação. Formalmente, ela é indicada por (ALMEIDA, 2012):

$$I = \frac{n}{S_0} \frac{p'Wx}{p'p} \quad (1)$$

em que n é o número de distritos, p é a variável *População em situação de rua* padronizada, W_{nxn} é a matriz de pesos espaciais, x é uma variável de interesse e S_0 indica a somatória de todos os elementos da matriz de pesos espaciais. Percebe-se que o numerador da estatística indica uma medida de covariância entre a variável p e a defasagem espacial de x . Ao se dividir esse termo pela variância de p , indicada por $p'p$, obtém-se uma medida de correlação espacial entre p e x .

Ao longo do trabalho, a variável x presente na fórmula é preenchida ou por diferentes variáveis relacionadas à capacidade de atendimento da SMADS ou pela própria variável p , situação em que a estatística mostra a autocorrelação espacial de p .

A fim de se verificar a significância estatística do *I de Moran*, deve-se redistribuir aleatoriamente os valores da variável de interesse pelas unidades espaciais. Esse processo é

realizado diversas vezes, e, para cada uma delas, calcula-se a referida estatística. Dessa maneira, é possível observar qual seria a distribuição de *I de Moran* sob a hipótese nula de os dados serem distribuídos de maneira aleatória no espaço. A partir da posição da estatística *I de Moran* dos dados não-aleatorizados nessa distribuição, é possível obter o seu p-valor e, assim, sua significância estatística.

Pode-se verificar também a autocorrelação espacial de maneira local. Para isto, foi utilizado o *I de Moran Local* (ALMEIDA, 2012):

$$I_i = x_i \sum_{j=1}^n w_{ij} p_j \quad (2)$$

em que i representa um distrito específico, p_i e x_i representam as variáveis x e p no distrito i , j representa cada um dos demais distritos e w_{ij} representa o elemento da matriz W na linha i e coluna j . Percebe-se que o termo $\sum_{j=1}^n w_{ij} p_j$ representa a defasagem espacial de p no distrito i , de modo que a estatística *I de Moran Local* mostra a multiplicação de x em determinado distrito por p nos distritos vizinhos.

Assim como com o *I de Moran Global*, pode-se verificar o nível de significância da estatística local. Para isto, são redistribuídos aleatoriamente os valores de p diversas vezes em todas as unidades espaciais, à exceção da unidade i . Para cada nova configuração, calcula-se a referida estatística. A partir desse processo, sabe-se qual seria a distribuição da estatística *I de Moran Local* do distrito i sob a hipótese nula de os dados de os demais distritos estarem distribuídos no espaço de maneira aleatória. Assim, pode-se verificar o seu p-valor e a sua significância estatística.

No caso da população em situação de rua, um distrito com *I de Moran Local* estatisticamente significativo pode ser interpretado como tendo evidência estatística de que a relação entre sua população nessa situação e a dos distritos próximos não ocorre por mera distribuição aleatória dos dados espaciais.

A correlação entre p e x defasado, que corresponde ao *I de Moran Global*, pode ser estudada também por meio de um gráfico com p no eixo das abscissas e x espacialmente defasado no eixo das ordenadas. Como as variáveis estão padronizadas, esses eixos passam pelo valor médio de p e de x defasado, segregando os dados em quatro quadrantes. Com isso, pode-se ainda verificar em qual desses quadrantes está cada um dos distritos que possui *I de Moran Local* estatisticamente significativo. Assim, pode-se classificar os distritos nas seguintes categorias, chamadas de *clusters* (ALMEIDA, 2012):

- Alto-alto: conjunto de distritos com quantidade elevada de p e de x ;⁷
- Alto-baixo: distritos com quantidade elevada de p próximos de distritos com quantidade reduzida de x ;
- Baixo-alto: distritos com pequena quantidade de p próximos de distritos com quantidade elevada de x ;
- Baixo-baixo: distritos com quantidade reduzida de p e de x .

Por fim, para além das estatísticas de correlação espacial, outro indicador necessário

⁷ Entende-se “elevada” (ou “pequena”, nos demais itens) como uma quantidade de p e de x tal que a estatística *I de Moran Local* dos distritos em questão é estatisticamente significativa.

para analisar a distribuição de vagas de acolhimento pela cidade é o Índice de Acessibilidade de cada distrito. Conforme elaborado inicialmente por Hansen (1959) e retomado por Vieira e Haddad (2012), esse indicador é dado por:

$$A_i = \sum_{c=1}^n \frac{v_c}{d_{ic}} \quad (3)$$

em que i representa um distrito específico, c representa determinado centro de acolhida, v_c representa a variável “vagas totais” em c e d_{ic} é a distância entre o centroide do distrito i e o centro de acolhida c . Percebe-se que quanto mais próximo o distrito dos centros de acolhida e quanto maior a disponibilidade de vagas nesses centros, maior o seu Índice de Acessibilidade. Assim, o indicador permite identificar em quais distritos há maior acesso ao serviço de acolhimento à população em situação de rua.

4 Resultados

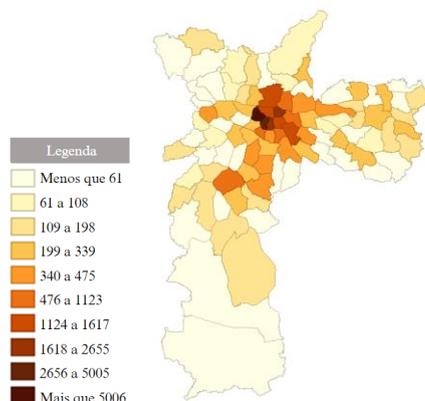
Esta seção tem por objetivo apresentar e analisar os dados espaciais obtidos referentes à população em situação de rua e aos centros de acolhida. A Subseção 4.1 analisa a distribuição dessa população no espaço da cidade, com foco na avaliação de qual porção da população está acolhida. A Subseção 4.2 indica como a oferta pelo serviço de acolhimento se distribui pela cidade. A Subseção 4.3 estuda como tal oferta se relaciona espacialmente com a presença da população em situação de rua, buscando assim inferir em que medida as estratégias adotadas pela Prefeitura são adequadas para atender a essa população.

4.1 Distribuição espacial das pessoas em situação de rua

O Quadro 1 permite visualizar a distribuição espacial da população em situação de rua de acordo com o distrito em que ela está localizada.

Os três distritos que aparecem com coloração mais escura no mapa são os da Sé, com 2.149 pessoas em situação de rua, da República, com 2.656, e de Santa Cecília, com 5.006. Ou seja, mesmo dentro desse núcleo com elevada concentração de pessoas em situação de rua, há um distrito cuja população é ainda maior, com quase o dobro do contingente dos demais. Esses três distritos representam, sozinhos, 35,9% das 31.877 pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo.

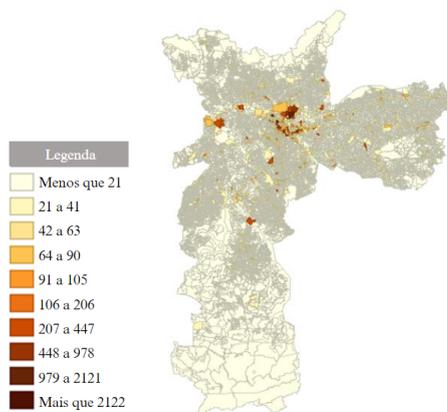
Quadro 1: Distribuição da população em situação de rua nos distritos da cidade de São Paulo



A legenda indica a quantidade de pessoas em situação de rua nos distritos com a cor indicada. Fonte: elaboração própria com base nos dados do Censo realizado pela SMADS em 2021.

Para melhor visualizar a distribuição da população no interior desses distritos com elevadíssima população em situação de rua, estudou-se também a distribuição dessa população no nível de setores censitários. Mesmo no interior desses distritos, como mostra o Quadro 2, há locais específicos em que essa população está mais concentrada.

Quadro 2: Distribuição da população em situação de rua nos setores censitários da cidade de São Paulo



A legenda indica a quantidade de pessoas em situação de rua nos setores censitários com a cor indicada. Fonte: elaboração própria com base nos dados do Censo realizado pela SMADS em 2021.

Alguns dos setores censitários destacados com cores mais escuras representam apenas centros de acolhida, nos quais a concentração de pessoas em situação de rua é trivial. Todavia, em diversos casos, os setores destacados correspondem a logradouros em que pessoas em situação de rua não abrigadas estão concentradas. Identificaram-se no *Google Maps* pontos de referência próximos aos centroides desses setores, de modo a verificar qual o provável local específico em que as concentrações se encontram.

No caso do distrito de Santa Cecília, os locais em que a população está mais concentrada são o Largo Coração de Jesus, em que há 2.122 pessoas; e a Praça Princesa Isabel,

com 521 pessoas. Tais locais são tradicionalmente ocupados pela chamada Cracolândia, em que usuários e pequenos traficantes de craque se instalam (ALVES, PEREIRA, 2021).

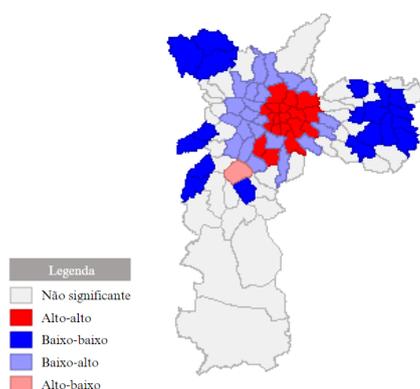
No distrito da República, destaca-se a Praça da República, com 448 pessoas. Todavia, há um centro de acolhida no local que acolhe 46% desse montante. Já na Sé, a Praça da Sé é a maior concentração, com 514 pessoas, seguida do Pátio do Colégio, com 228 pessoas. Na Zona Oeste da cidade, há uma elevada concentração ao redor da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), na Vila Leopoldina. Nesse local, há 280 pessoas, das quais 25% se encontram em um centro de acolhida próximo. Por fim, há a concentração do Parque das Bicicletas no distrito de Moema, próximo ao Parque Ibirapuera, com 241 pessoas. Essa considerável concentração espacial sugere a existência das redes às quais Iwata e Karato (2011) se referem. Ou seja, pessoas em situação de rua podem se concentrar deliberadamente próximas umas às outras, instalando-se assim nas concentrações já existentes em praças e outros logradouros da cidade.

Para confirmar a não aleatoriedade do padrão concêntrico da população em situação de rua, foi utilizada a estatística *I de Moran*. Haja vista a elevada quantidade de setores censitários com quantidade nula de pessoas em situação de rua, utilizou-se para tal exercício a granularidade de distritos.

Observou-se que a autocorrelação espacial é baixa, de apenas 0,079. Contudo, o desvio padrão dessa estatística é de apenas 0,0024, de modo que o p-valor também é muito pequeno, correspondendo a 0,008. Portanto, há autocorrelação espacial positiva e estatisticamente significativa com relação ao nível de significância adotado, de 1%. Em outras palavras, há evidência de que as pessoas em situação de rua se distribuem no espaço municipal de maneira não aleatória, tendendo a se concentrar em localidades próximas àquelas em que estão as demais.

Verificou-se também a autocorrelação espacial local. O Quadro 3 mostra o mapa de *clusters* da população em situação de rua, em que foi utilizado o nível de significância de 5%.

Quadro 3: *Clusters* da população em situação de rua na cidade de São Paulo



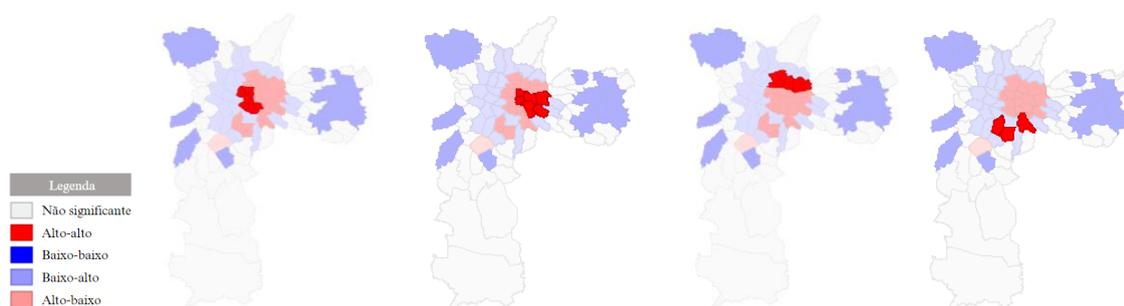
Fonte: elaboração própria com base nos dados do Censo realizado pela SMADS em 2021.

A região vermelha na zona central na cidade, correspondente ao *cluster* Alto-alto, pode ser interpretada como um local em que a população em situação de rua se concentra, com

distritos em que há uma quantidade elevada dessa população cercados por outros distritos que também apresentam alta quantidade. Esse *cluster* abrange distritos do Centro, da Zona Leste, da Zona Norte e da Zona Sul. O Quadro 4 apresenta a divisão do *cluster* Alto-alto por região da cidade, conforme a lista a seguir:

- **Centro:** Cambuci, Sé, República, Santa Cecília, Bom Retiro, Liberdade e Bela Vista. Todos os distritos do Centro, à exceção da Consolação, estão nesse *cluster*;
- **Zona Leste:** Água Rasa, Mooca, Pari, Tatuapé, Belém e Brás, o que corresponde a todos os distritos da subprefeitura da Mooca;
- **Zona Norte:** Santana, Vila Maria e Vila Guilherme;
- **Zona Sul:** Moema, Saúde e Ipiranga.

Quadro 4: *Cluster* alto-alto da população em situação de rua dividido por região



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Censo realizado pela SMADS em 2021.

Esse *cluster* não corresponde necessariamente aos distritos cuja quantidade de pessoas em situação de rua é mais elevada – conforme visto, os distritos de Santa Cecília, Sé e República possuem população muito maior do que os demais –, mas sim à região da cidade onde a população em situação de rua apresenta um padrão de concentração. Ademais, a população que se encontra nessa concentração não está em contato direto entre si, mas isolada em praças e locais bem delimitados, como exposto anteriormente.

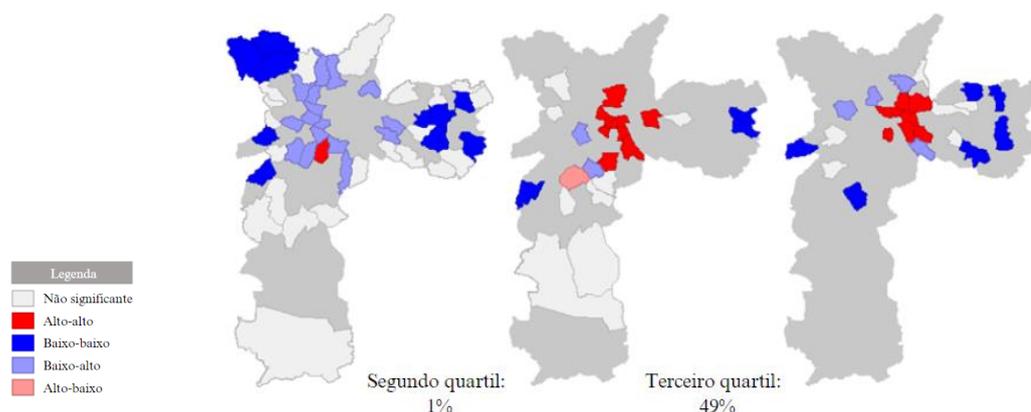
Ainda assim, a análise desse *cluster* a nível distrital evidencia que a população em situação de rua tende a se concentrar em pontos localizados na região central da cidade. Isso pode ser interpretado como um indício de que essa região possui características propícias à estadia dessa população. Tais características já foram observadas pela literatura da área; Schor *et al.* (2002), por exemplo, como mencionado anteriormente, sugerem que a baixa circulação de pessoas durante a noite no Centro de São Paulo pode estar associada a condições de repouso menos precárias. Além disso, a presença de muitos bares, restaurantes e lojas pode atrair essa parcela da população. Uma hipótese para tal atratividade, talvez mais plausível do que a de sobras alimentares levantada no artigo, é a maior possibilidade de recolher materiais recicláveis como garrafas e latas, atividade que, como já foi dito, emprega cerca de um terço da população em situação de rua.

Destaca-se aqui que há apenas um distrito do tipo Alto-baixo: o de Santo Amaro, na Zona Sul. Ou seja, esse distrito é o único cercado por distritos com uma quantidade baixa de população em situação de rua e que possui, de maneira estatisticamente significativa, elevada população nessa situação. Verificou-se que nele as pessoas nessa condição estão espalhadas por diversos pontos, como a Praça Floriano Peixoto, a saída da Estação Largo Treze e a saída

do Pão de Açúcar Washington Luís.

Em seguida, dividiu-se o mapa de *clusters* de acordo com a porcentagem de acolhimento da população de cada distrito, conforme ilustrado no Quadro 5. Para a clivagem, foram utilizados os valores de 1% e 49% – correspondentes respectivamente ao segundo e ao terceiro quartis da porcentagem de acolhimento. O primeiro quartil é o de valor de zero, não exposto no mapa.

Quadro 5: Clusters da população em situação de rua divididos por porcentagem de acolhimento



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Censo realizado pela SMADS em 2021.

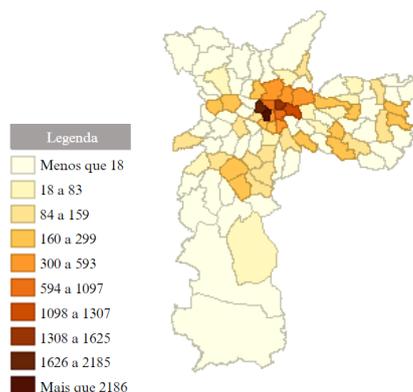
No intervalo entre 0 e 1%, de acolhimento quase nulo, destaca-se o distrito de Moema, do *cluster* Alto-Alto. Como mencionado, nesse distrito está localizada a concentração do Parque das Bicicletas. Já o intervalo de acolhimento não-nulo mas abaixo de 50% engloba todo o Centro da cidade pertencente ao *cluster* Alto-alto, à exceção dos distritos do Bom Retiro e Liberdade. Esse intervalo abrange ainda os distritos de Saúde e Ipiranga, da Zona Sul; os distritos de Brás e Tatuapé, da Zona Leste; e o distrito de Santana, da Zona Norte. Ademais, está contido nesse intervalo o único distrito Alto-baixo, o de Santo Amaro. Por fim, o intervalo de acolhimento relativamente elevado, acima de 50%, abrange principalmente a Zona Leste: Água Rasa, Mooca, Pari e Belém. Além disso, engloba os distritos de Bom Retiro e Liberdade, que são do Centro; e de Vila Maria e Vila Guilherme, que são da Zona Norte.

Em resumo, o Centro se caracteriza quase inteiramente por distritos do *cluster* Alto-alto. Assim como os distritos da Zona Sul pertencentes a esse *cluster*, eles apresentam nível de acolhimento baixo. Destaca-se o caso de Moema, em que nenhuma das pessoas em situação de rua está acolhida. Além disso, a Zona Sul também abrange o distrito de Santo Amaro, único Alto-baixo, que também é caracterizado por baixo acolhimento. Já a maior parte dos distritos Alto-alto da Zona Norte, e principalmente da Zona Leste, exibem um acolhimento relativamente elevado.

4.2 Oferta de vagas em centros de acolhida

A oferta total de vagas de acolhimento em cada distrito da cidade é medida pela variável *vagas totais*. No agregado da cidade de São Paulo, há 14.192 vagas nos 142 centros de acolhida do município. A sua distribuição espacial é exposta no Quadro 6.

Quadro 6: Distribuição das vagas de acolhimento nos distritos da cidade de São Paulo



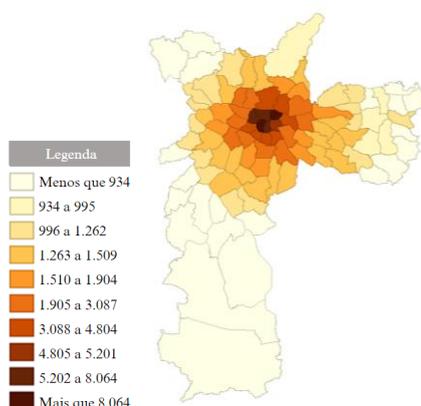
A legenda indica a quantidade de vagas de acolhimento nos distritos com a cor indicada. Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pela Prefeitura em seu Portal de Acesso à Informação.

Percebe-se uma clara concentração de vagas na região central da cidade. O distrito com maior número é o da República, com 2.186 vagas. Em seguida, há o de Santa Cecília, com 1.626; o de Pari, com 1.308; e o de Belém, com 1.098. Destaca-se o número de vagas da Sé, de apenas 361, pequeno com relação à proporção da população em situação de rua da cidade presente nesse distrito. Há ainda algumas regiões mais afastadas do centro com número significativo de vagas, como Santo Amaro, com 240; Vila Leopoldina e Guaianases, com 220 cada; Penha, com 210; e Arthur Alvim, com 200.

Todavia, é relevante avaliar não apenas a quantidade de vagas de acolhimento em determinado distrito, mas também a proximidade desse distrito a centros de acolhida de distritos vizinhos. Dessa maneira, procura-se contemplar o fato de que a população em situação de rua de um distrito com poucas vagas mas próximo a centros de outros distritos possui, em certa medida, acesso a esse serviço, já que pode ser capaz de usufruí-lo sem ter que renunciar às amenidades e aos eventuais vínculos que tenha com o local em que se encontra. É particularmente relevante considerar esse fato no caso dos distritos centrais da cidade, já que eles têm menor extensão territorial, e, portanto, é mais provável que se possa recorrer a um centro de acolhida em outro distrito que não esteja significativamente distante.

Por essa razão, a oferta total de vagas de acolhimento é avaliada utilizando o Índice de Acessibilidade explicado na Seção 3, em que a pontuação de um distrito é determinada tanto pela sua quantidade de vagas quanto pela dos distritos próximos. O Quadro 7 apresenta o valor desse Índice para cada distrito.

Quadro 7: Distribuição espacial do Índice de Acessibilidade nos distritos da cidade de São Paulo



A legenda indica o Índice de Acessibilidade nos distritos com a cor indicada. Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pela Prefeitura em seu Portal de Acesso à Informação.

Percebe-se o claro padrão concêntrico do Índice, com as periferias da cidade apresentando valores baixos de acessibilidade. Os dois distritos com maior índice são os de Pari e República, com respectivamente 9.372 e 8.064. Todos os demais distritos possuem acessibilidade significativamente menor, com menos de 6 mil. Entre eles, os que têm maior índice são os de Santa Cecília, Bom Retiro, Sé, Brás e Bela Vista.

Em resumo, o acesso ao serviço de acolhimento é muito maior na região central da cidade, cujos distritos de Santa Cecília e República possuem elevada quantidade de vagas. Ademais, mesmo os distritos dessa região que não têm um número significativo de vagas acabam por ter um acesso indireto a esse serviço, já que seus vizinhos possuem centros de acolhida. O cenário se inverte nas regiões mais afastadas do Centro, em que há apenas alguns poucos distritos com maior número de vagas, como Santo Amaro, Guaianazes, Penha e Arthur Alvim.

4.3 Comparação entre a oferta e a demanda por acolhimento

Neste trabalho, objetiva-se também comparar a disponibilidade de vagas de acolhimento com a distribuição da população em situação de rua. Tal exercício permite verificar em que medida a Prefeitura é capaz de atender à demanda potencial por acolhimento em cada região da cidade. Entende-se, afinal, que a pessoa em situação de rua que desejar ser acolhida prefira ser direcionada a um centro mais próximo de onde ela já está instalada, de forma a poder continuar usufruindo das amenidades do local e não se desfazer dos eventuais vínculos com a região. De fato, de acordo com a pesquisa amostral realizada pela SMADS (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2022), 65% das pessoas em situação de rua afirmaram se manter no local em que se instalaram na rua pela primeira vez.

Ressalta-se que, considerando todo o município de São Paulo, há 31,8 mil pessoas em situação de rua, mas apenas 14,9 mil vagas, de modo que a Prefeitura é atualmente incapaz de acolher toda essa população simultaneamente. Contudo, a comparação entre o número de vagas e a população em situação de rua em cada local permite analisar como a relação entre essas variáveis se dá no território, identificando regiões em que a capacidade de atendimento

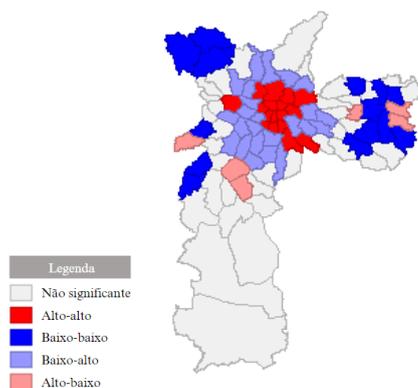
à demanda local é maior ou menor.

Apesar da oferta de 14,9 mil vagas, destaca-se que apenas 12,5 mil pessoas em situação de rua estão acolhidas na cidade de São Paulo, de forma que há capacidade ociosa na rede assistencial da Prefeitura. Nesse sentido, a comparação entre a oferta e a demanda por acolhimento em cada local tem também por objetivo verificar se tal ociosidade ocorre por má distribuição no espaço, não sendo a rede de acolhimento capaz de atender adequadamente à demanda, ou se simplesmente não há demanda suficiente para ela. Nesse caso, a demanda reduzida poderia se explicar, dentre outros motivos, pela falta de acesso à informação a respeito da existência do serviço, ou pela eventual baixa qualidade de alguns centros de acolhida.

Para analisar essa relação, foi utilizada a estatística *I de Moran* bivariada. Mais especificamente, foi verificada a relação entre a quantidade de vagas e a população em situação de rua espacialmente defasada. O valor da estatística encontrado é relativamente baixo, de 0,07. Contudo, é estatisticamente significativo ao nível adotado de 1%. Portanto, há evidência estatística de que distritos com maior população em situação de rua estão próximos de distritos com mais vagas. Uma possível interpretação para esse resultado é que a oferta de vagas da Prefeitura esteja, ao menos no que se refere ao conjunto da cidade, bem alocada, já que está próxima da população que pretende atender.

O uso do *I de Moran Local* permite verificar como essa relação ocorre em cada distrito da cidade. O Quadro 8 apresenta o mapa de *clusters* com nível de significância de 5%.

Quadro 8: *Clusters* que relacionam a quantidade de pessoas em situação de rua às vagas de acolhimento na cidade de São Paulo



Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pela Prefeitura em seu Portal de Acesso à Informação.

Percebe-se que há uma região mais próxima do centro da cidade em que predominam tanto uma maior população em situação de rua quanto maior oferta de vagas. Esse resultado já era, de certo modo, esperado, já que se verificou um padrão fortemente concêntrico para as duas variáveis estudadas.

Pode-se relacionar esse *cluster* Alto-alto às diferentes porcentagens de acolhimento expostas na Seção 4.1. Alguns distritos da Zona Leste, além de possuírem maior população em situação de rua e maior acesso a vagas, têm tal acesso refletido, em boa medida, em

acolhimento efetivo da população.

Já no caso do Centro e da Zona Sul, embora também haja maior população nessa situação e maior acesso a vagas, esse acesso não se reflete tanto em acolhimento efetivo. É possível que isso ocorra por características do perfil dessa população, caso ela tenha menor propensão a ser acolhida; pelo perfil dos centros de acolhida, caso estes sejam menos atraentes; ou simplesmente por haver maior quantidade de pessoas em situação de rua no Centro da cidade, de modo que mesmo um maior acesso a vagas não seja capaz de acolher a todos. A partir do estudo da quantidade de vagas disponíveis em cada distrito, que será realizado a seguir, pode-se verificar qual dessas alternativas é a mais adequada.

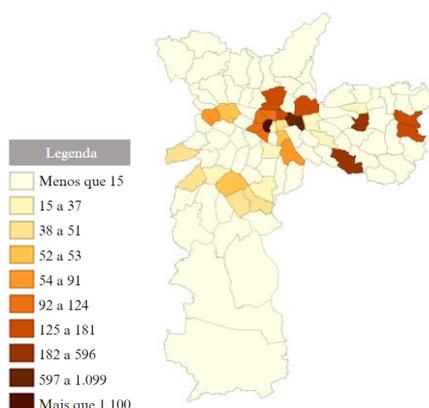
Destaca-se ainda o distrito de Vila Leopoldina na Zona Oeste, que possui maior quantidade de vagas e está cercado por distritos com maior população em situação de rua. Conforme já mencionado, tal distrito abrange a concentração de pessoas ao redor do Ceagesp.

Por fim, há diversos distritos mais próximos às periferias que são do *cluster* Alto-baixo, ou seja, são distritos com grande quantidade de vagas cercados por distritos com reduzida população em situação de rua. Tais locais se mostram regiões em que os centros de acolhida estão mal alocados, já que não há tanta demanda por acolhimento nelas. Esses distritos são os de: Santo Amaro e Campo Grande, na Zona Sul; Raposo Tavares, na Zona Oeste; e Arthur Alvim, Guaianases e Lajeado, na Zona Leste.

Para aprofundar o entendimento da relação entre oferta e demanda e auxiliar no esclarecimento das ambiguidades mencionadas, estudou-se também a variável *vagas disponíveis*. Em que pese o fato de o Índice de Acessibilidade ser mais adequado para avaliar a oferta de vagas, não foi possível construí-lo para o caso das vagas disponíveis. Para tanto, seria necessária a quantidade de pessoas acolhidas em cada centro de acolhida, informação não disponível nas bases de dados. Por essa razão, ao invés de analisar a acessibilidade a tais vagas, examinou-se a distribuição distrital da própria variável *vagas disponíveis*, conforme indicado no Quadro 9.

Percebe-se que o mapa de fato auxilia no esclarecimento das questões levantadas. Em primeiro lugar, verifica-se que há elevada capacidade ociosa na região central da cidade. O distrito da República é o que possui a maior quantidade de vagas disponíveis, com 1.100, seguido de Belém, com 597. Há também outros distritos de localização central com maior quantidade de vagas disponíveis – próxima a 100 –, como Santana, Vila Maria, Pari, Bom Retiro, Consolação, Santa Cecília e Bela Vista. Na Zona Oeste, a Vila Leopoldina, que pertence ao *cluster* Alto-alto do Quadro 8, também conta com capacidade ociosa.

Quadro 9: Distribuição espacial das vagas de acolhimento disponíveis na cidade de São Paulo



A legenda indica a quantidade de vagas de acolhimento disponíveis nos distritos com a cor indicada. Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pela Prefeitura em seu Portal de Acesso à Informação.

Percebe-se assim que na região central da cidade, que possui uma elevada concentração de população em situação de rua, há vagas de acolhimento disponíveis mesmo nos locais em que essa população se encontra majoritariamente na rua. Portanto, esse serviço público parece ter baixa receptividade por parte da população em situação de rua do local.

Contudo, ressalta-se que a menor propensão ao uso desse serviço não é homogênea no território. Como já mencionado, as porções Leste e Norte da concentração de pessoas em situação de rua apresenta acolhimento relativamente elevado. Esses se mostram locais em que o serviço público de acolhimento – a despeito de não ser aceito por todos, visto mesmo neles haver pessoas instaladas na rua e algumas vagas disponíveis – tem maior aderência por parte da população.

Percebe-se ainda que há alguns distritos mais periféricos com vagas disponíveis – justamente aqueles do *cluster* Alto-baixo do Quadro 8. Confirma-se, portanto, que a maior oferta de vagas nesses locais com baixa população em situação de rua se reflete em uma maior capacidade ociosa.

5 Conclusões

A pesquisa identificou que a numerosa população em situação de rua da cidade de São Paulo, que chega a quase 32 mil pessoas, se concentra principalmente na região central da cidade. Embora fuja do escopo do trabalho avaliar a causa de tal concentração, levanta-se a hipótese de que essa população tenha preferência por se instalar em locais com características como as do Centro da cidade. Nesse sentido, Schor *et al.* (2002), por exemplo, verificam que a baixa circulação de pessoas durante a noite nessa região pode estar associada a condições de repouso menos precárias. Além disso, a maior concentração de bares, restaurantes e lojas também pode ser responsável por atrair a população em situação de rua, o que poderia ser explicado pela maior disponibilidade de materiais recicláveis, como garrafas e latas, cujo recolhimento emprega cerca de um terço dessa população.

Todavia, nessa região central da cidade a população em situação de rua está dispersa por diversos pequenos focos de concentração. Além dos centros de acolhida, alguns locais que se destacam são o Largo Coração de Jesus, a Praça Santa Cecília, a Praça da República, a Praça da Sé e o Pátio do Colégio. Em outras regiões da cidade, destacam-se as concentrações próxima ao Ceagesp, na Vila Leopoldina, e a próxima ao Parque das Bicicletas, em Moema.

Quanto à rede assistencial da Prefeitura, percebe-se que há capacidade ociosa nela, já que há 14,9 mil vagas ofertadas e apenas 12,5 mil pessoas atendidas. É curioso que ocorra esse fenômeno, já que a demanda potencial por esse serviço é de quase 32 mil pessoas, muito maior que o total de vagas ofertado pela prefeitura. Para esclarecer essa questão, a pesquisa avaliou como essa rede se distribui no território e como ela se relaciona à presença de pessoas em situação de rua.

Percebe-se, primeiramente, o padrão fortemente concêntrico da oferta de vagas de acolhimento. Há alguns poucos distritos periféricos com maior quantidade de vagas, sendo a rede muito mais acessível na região central da cidade. Mesmo os distritos dessa região que não têm um número significativo de vagas acabam por ter algum acesso a esse serviço, já que seus distritos vizinhos possuem centros de acolhida. Assim, parte de sua população em situação de rua tem a possibilidade de utilizá-los sem realizar deslocamentos muito extensos e, portanto, sem renunciar às amenidades e aos possíveis vínculos que tenham com seu local original de instalação. Esse aspecto da distribuição de vagas indica, por um lado, que a sua alocação espacial está adequada, já que as pessoas em situação de rua estão concentradas na mesma região.

Por outro lado, identificaram-se também certos distritos na periferia da cidade em que há vagas de acolhimento não utilizadas, ou seja, em que há capacidade ociosa: Santo Amaro e Campo Grande, na Zona Sul; Raposo Tavares, na Zona Oeste; e Arthur Alvim, Guaianases e Lajeado, na Zona Leste. Como não há população significativa em situação de rua próxima a esses distritos, esse fenômeno evidencia que a alocação de vagas da rede poderia ser melhorada caso fosse ainda mais concentrada nas regiões centrais da cidade. Como a oferta de vagas é realizada por meio de parcerias com OSCs e, frequentemente, disponibilizada em hotéis, há certa flexibilidade de realocação dos recursos para acomodações e instituições de outros locais.

Todavia, a capacidade ociosa não se explica apenas pela divergência parcial entre a localização das vagas e a das pessoas em situação de rua. Afinal, na região central da cidade, a despeito da presença de muitas pessoas instaladas na rua, há vagas disponíveis na rede assistencial. Portanto, esse serviço público parece ter baixa receptividade por parte da população em situação de rua nesse local. Contudo, ressalta-se que a falta de aderência ao serviço de acolhimento não é homogênea dentre a concentração de pessoas nessa situação na região central da cidade. Enquanto as suas porções Sul e Oeste apresentam população pouco acolhida, as porções Norte e Leste são melhor atendidas por esse serviço.

Buscar compreender o que pode levar à baixa procura pelo serviço de acolhimento aqui identificada é uma relevante agenda de pesquisa ainda a ser estudada. Pode ser importante investigar maneiras de aprimorar os centros de acolhida e torná-los mais atrativos à sua população-alvo, para que, assim, esse serviço público possa melhor atendê-la.

Referências

ALMEIDA, E. **Econometria espacial**. Campinas–SP: Alínea, 2012.

ALVES, Y. D. D.; PEREIRA, P. P. G. O surgimento da Cracolândia como problema público: O desenvolvimento do mercado lucrativo do crack e sua exploração político-midiática. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 14, p. 465-488, 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2009.

GESTÃO Covas divulga dados inflados de vagas em albergues em São Paulo. **Fiquem Sabendo**, agência de dados especializada na Lei de Acesso à Informação (LAI), São Paulo, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://fiquemsabendo.com.br/habitacao/gestao-covas-dados-inflados-de-vagas-em-albergues/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

HANSEN, W. How accessibility shapes land use. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 25, n. 2, 1959, p. 73-76.

IWATA, S.; KARATO, K. *Homeless networks and geographic concentration: Evidence from Osaka City*. **Papers in Regional Science**, v. 90, n. 1, p. 27-46, 2011.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Produto V – Relatório completo do Censo**: pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo – 2021. 2021.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Produto IX – Relatório final da pesquisa amostral do perfil socioeconômico**: pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo – 2021. 2022.

SCHOR, S. M.; ARTES, R.; BOMFIM, V. C. *Determinants Of Spatial Distribution Of Street People In The City Of São Paulo*. **Urban Affairs Review**, v. 38, n. 4, p. 592-602, 2003.

VIEIRA, R. S; HADDAD, E. A. Índice de acessibilidade para São Paulo. In: 40º Encontro Nacional de Economia, 2012, Porto de Galinhas. **Anais do 40º Encontro Nacional de Economia**. Niterói: ANPEC, 2012. Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i9-3a9177bde138e0856209565459aa85a7.pdf. Acesso em: 04 nov. 2022.